

Síntese de Audiência

Dia: 4 de julho de 2013

ENTIDADES: SPLIU – Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades; SIPPEB – Sindicato dos Professores do Pré-Escolar e Ensino Básico; SIPE – Sindicato Independente de Professores e Educadores; SINDEP – Sindicato Nacional e Democrático dos Professores; SINAPE – Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação; SEPLEU – Sindicato Nacional dos Educadores e Professores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades; FENPROF – Federação Nacional dos Professores; ASPL – Associação Sindical de Professores Licenciados

ASSUNTO: Propostas de Lei n.º 153/XII/2.ª (GOV) e n.º 154/XII/2.ª (GOV)

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Paulo Batista Santos (PSD), Vice-presidente da Comissão;
- Amadeu Soares Albergaria (PSD);
- Isilda Aguincha (PSD);
- Paulo Cavaleiro (PSD);
- Pedro Pimpão (PSD);
- João Prata (PSD);
- Maria Manuela Tender (PSD);
- Pedro Lynce (PSD);
- Rosa Arezes (PSD);
- Maria Gabriela Canavilhas (PS);
- Jorge Machado (PCP).

Síntese dos Temas Abordados:

A audiência enquadrou-se no âmbito da apreciação, na Comissão, da [Proposta de Lei n.º 153/XII/2.ª \(GOV\)](#) – *Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, e procede à quinta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e da [Proposta de Lei n.º 154/XII/2.ª \(GOV\)](#), que Institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afetação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nona alteração à Lei n.º 12 A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho.*

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública abriu os trabalhos, dando as boas-vindas às delegações dos diversos Sindicatos, Associação Sindical e Federação presentes, apresentando as Senhoras e Senhores Deputados presentes, em representação das Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública e de Educação, Ciência e Cultura, após o que deu conta da metodologia de condução dos trabalhos, tendo dado a palavra à FENPROF, em representação das diversas delegações, para uma intervenção inicial, no âmbito da qual – e através de documentação disponibilizada aos diversos Grupos Parlamentares – foram aduzidos diversos argumentos quanto às iniciativas legislativas em apreço, sendo sublinhadas as especificidades dos professores, o acordo já alcançado com o Governo em algumas matérias apesar de manterem a discordância quanto ao objeto das iniciativas. Sublinharam, ainda, a especificidade do Ensino Superior.

O Senhor Vice-Presidente agradeceu as informações prestadas, dando conta da tramitação subsequente das Propostas de Lei e tomando boa nota das questões suscitadas, após o que deu a palavra aos Grupos Parlamentares.

Em sede de debate, intervieram os Senhores Deputados Pedro Lynce (PSD), Maria Gabriela Canavilhas (PS) e Jorge Machado (PCP). De seguida, o Senhor Vice-Presidente agradeceu a presença de todas as entidades, reiterando o esforço



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

desenvolvido pela Assembleia da República em matéria de tramitação das iniciativas, e agradecendo as informações prestadas e a documentação entregue, após o que deu por encerrados os trabalhos.

Diversas informações sobre a [audiência](#), nomeadamente a documentação entregue, podem ser encontradas na página internet da Comissão.

Palácio de São Bento, em 4 de julho de 2013

O Vice-Presidente da Comissão

Paulo Batista Santos